

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Durão Barroso na Casa Branca



Portugal na reconstrução do Iraque

A ONU deve ficar em Timor



páginas 10,11 e 12

A IDC em Lisboa



página 13

JL Arnaut tutela
sociedade de informação



página 8



Intervenção sobre as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial

Dep. António Almeida Henriques
AR, 06 de Junho de 2003

(...)
Com esta iniciativa do Governo, os problemas do investimento não se resolvem, não será, estou certo, o “ovo de Colombo”, mas dá-se mais um passo no sentido de criar um ambiente favorável ao investimento e ao dinamismo empresarial.

Cumpre-se mais uma etapa no **designio do programa do governo de promoção da produtividade e do aumento da eficiência da administração pública, visando a sua agilização, modernização e eficiência;**

(...)
A palavra de ordem é simplificar, desburocratizar e agilizar.

... **aliviar os agentes económicos da carga administrativa e burocrática dos procedimentos,** diminuindo os tempos de apreciação e decisão e minorando os custos desnecessários resultantes da redundância dos

diferentes níveis institucionais.

... compatibilizar a protecção do interesse colectivo com a prossecução dos interesses da iniciativa privada, bem como o desenvolvimento do interesse empresarial com a melhoria da qualidade de vida das populações.

Ao mesmo tempo, **assume-se uma nova atitude e estimula-se uma nova cultura:**

Uma nova atitude perante o empresário.

Olha-se para o empresário como um agente de desenvolvimento, co-responsabilizando-o, ...

(...)
Estimula-se também uma nova cultura na administração pública.

De maior transparência, parceria, incremento da qualidade e eficiência da intervenção.

(...)
Quando um investidor inicia um processo, se pensa no calvário que irá passar, do pedido ao Registo Nacional



de Pessoas Colectivas, à marcação da escritura, à declaração de início de actividade nas finanças e na segurança social, até à compreensão do complexo Plano Oficial de Contabilidade, passando pelo licenciamento industrial, fica pouco motivado para continuar.

Se queremos criar condições que atraíam investimento que traga consigo valor acrescentado, inovação

tecnológica e níveis mais elevados de gestão, temos que actuar nos diferentes níveis.

Por outro lado, a sobrevivência do Estado não é posta em causa com o mau funcionamento dos serviços e os atrasos nas decisões, mas o mesmo já não é verdade para as empresas que se encontram sujeitas a concorrência do mercado.

(...)
...nada do que consta do diploma é possível atingir sem uma atitude pró-activa junto das pessoas dos diferentes serviços e de monitorização permanente dos prazos, contrariando a tradicional atitude reactiva de alguns organismos.

Penso que contribuirá para este objectivo a recente clarificação do papel das direcções regionais do Ministério da Economia que, deixando de ter competências inspectivas, transformam-se em verdadeiras entidades operacionais da regulamentação.

(...)

Agenda

Quarta-feira,
dia 11 de Junho de 2003-10:00h

Interpelação ao Governo do Bloco de Esquerda
(sobre o Ensino Superior)

Quarta-feira,
dia 11 de Junho de 2003-15:00h

Proposta de Lei nº56/IX (GOV)
(Autoriza o Governo a aprovar o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis)

Proposta de Lei nº62/IX (GOV)

(Autoriza o Governo, no quadro da reformulação do regime jurídico das operações económicas e financeiras com o exterior e das operações cambiais, a legislar em matéria de ilícitos de mera ordenação social)

Quinta-Feira,
dia 12 de Junho de 2003-15:00

Debate mensal do Senhor primeiro Ministro com a Assembleia da República

Agendamento potestativo requerido pelo GP/PSD
PJI nº310/IX
(Alteração da Lei de Criação de Municípios)

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a reparação da cozinha da Escola Secundária de Vale de Cambra
Dep António Pina Marques

Requerimento ao Ministério da Educação

Sobre a construção do Pavilhão Desportivo da EB 2,3 de Vale de Cambra
Dep António Pina Marques

Requerimento ao Ministério da Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre o Plano Rodoviário Nacional 2000 – Alteração Er10 Almada-Moita
Dep(s) Luís Rodrigues e outros

Requerimento ao Governo

Sobre o estatuto da Carreira Docente no Ensino Profissional
Dep(s) João Moura e outros

Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre o novo hospital Sousa Martins da Guarda
Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Sobre o assoreamento da foz do rio alcôa – Nazaré
Dep Paulo Baptista Santos

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

Sobre a variante de ligação da A23 ao Maciço Central
Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes



Intervenção relativa ao projecto de relatório de análise da Comissão Europeia sobre a agricultura portuguesa

Deputado Fernando Penha
A.R., 4 de Junho de 2003

(...)

O Governo Português continua a lutar por melhores condições na PAC para a agricultura portuguesa.

(...)

A agricultura portuguesa tem sido obrigada a uma missão quase impossível de recuperação de atrasos e à obrigatoriedade de competir e convergir com condições e ajudas inferiores às das agriculturas dos restantes Países.

(...)

A **agricultura portuguesa** ao longo dos anos após a integração na União Europeia, apesar de melhorias sensíveis, **continua a necessitar de apoio para convergir para os níveis médios da agricultura Europeia...**

Nestas circunstâncias, a proposta de reforma da PAC apresentada pela Comissão Europeia iria colocar em piores condições o futuro do sector em Portugal com a agravante da adesão de 10 novos Estados Membros.

O Governo Português assumiu com vigor e determinação a defesa



dos interesses do sector agrícola português e dos nossos agricultores, sendo nisso apoiado por todas as organizações da lavoura e por todos os partidos políticos representados na Assembleia da República, exceptuando o Partido Socialista.

(...)

...Portugal ter conseguido o acordo do Conselho Europeu para a elaboração deste Relatório de Análise pela Comissão **vem premiar a orientação, determinação e insistência do Primeiro Ministro, Dr. Durão Barroso**, em defesa da agricultura portuguesa da melhoria das suas condições no âmbito da política agrícola comum e do incremento de rendimento para os nossos agricultores.

(...)

Não se vislumbra neste Relatório qualquer declaração que arrase a agricultura portuguesa, antes pelo contrário é reconhecido o ancestral atraso na época de adesão e evolução positiva embora insuficiente para convergir com a média europeia.

(...)

Intervenção sobre os Cuidados de Saúde Primários

Deputado J. A. SILVA
A.R. 2003.06.06

(...)

Os Cuidados de Saúde Primários devem continuar a ser a porta de entrada e a principal via de acesso aos cuidados de saúde em geral.

Deve ser o **Estado a assegurar e garantir a saúde a todos os cidadãos**, através da definição de um conjunto de prestações comuns, com critérios de equidade, eficiência, dignidade, bem como ainda facilitar a acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, isto é;

O Sistema Nacional de Saúde deve assegurar cuidados continuados – integrados, globais e eficientes – ao longo de toda a vida do cidadão, através de oferta de serviços acessíveis, descentralizados, polivalentes e permanentes.

(...)

... o primeiro nível de cuidados deverá estar a cargo de equipas multidisciplinares dos Cuidados de Saúde Primários.

Os médicos de família, integrantes activos das equipas de cuidados de saúde primários, devem aumentar o seu poder de resolução dos problemas, organizar os cuidados de saúde prestados pelos outros especialistas e acompanhar os doentes ao longo de todo o seu percurso pelo sistema de saúde.

(...)

Entendeu este governo promover as indispensáveis alterações legislativas, na perspectiva de **evolução do actual sistema de organização dos cuidados de saúde primários** para um novo modelo, **mais próximo dos cidadãos, das suas famílias e comunidades**, simultaneamente **mais eficiente, socialmente mais justo, criando a chamada Rede de Prestação de Cuidados de Saúde Primários**, e não para abrir a porta da privatização dos cuidados de saúde primários, não para subordinar as necessidades de saúde às restrições financeiras, não para demitir o Estado das suas responsabilidades.



(...)

O que nos trás de novo a rede de prestação de cuidados de saúde primários?

Para além de continuar a garantir cuidados de saúde abrangentes aos cidadãos, deverá constituir e assumir-se em articulação permanente com os cuidados de saúde hospitalares e os cuidados de saúde continuados.

(...)

Se a gestão for integrada, o sistema começará a funcionar com uma dinâmica diferente, acabam todos por ser elos da mesma cadeia.

(...)

É esta rede integrada de serviços de saúde que o governo quer implementar, que o P.S.D. apoia, em que para além do papel fundamental do Estado, possam coexistir entidades de natureza privada e social em atitude de complementaridade, substituindo o actual sistema publico tradicional, centralizador e excessivamente burocratizado.

Sendo o doente a mesma e única pessoa, o sistema de saúde também deve responder como sendo uma única entidade, independentemente dos parceiros serem públicos, privados ou sociais.

(...)

...este Governo tudo continuará a fazer para salvar o Serviço Nacional de Saúde, dando-lhe mais eficácia e eficiência, com qualidade e acima de tudo, com respeito e a dignidade que os doentes nos merecem.

(...)



Intervenção sobre as medidas tendentes a instituir e viabilizar o cartão do cidadão

Deputado Luís Montenegro
A.R. 5 DE JUNHO DE 2003

(...)
O Projecto-Lei que hoje discutimos e que visa adoptar medidas tendentes a instituir e viabilizar o cartão do cidadão, merece-nos uma análise sob três ângulos de apreciação:

Em primeiro lugar, relembrando a política e a estratégia do actual Governo nas áreas da Sociedade de Informação, do Governo Electrónico e da Inovação.

Em segundo lugar, analisando em concreto as soluções propugnadas na presente iniciativa legislativa, mormente no que tange aos seus pressupostos e aplicabilidade.

Em terceiro e último lugar, aferindo a compatibilidade da implementação prática deste projecto com a acção do Governo, com a modernização da Administração Pública e com as actuais regras no domínio da identificação civil.



Demagogia porque se invocam mas não se comprovam ganhos de eficiência, poupança de milhões de contos e possibilidade de implementação já em 2004.

Inoportunidade porque se considera o cartão comum do cidadão como o ponto de partida, ultrapassando fases intermédias de reformulação e integração do “Back-Office” dos procedimentos da Administração e adequação da legislação de identificação civil, e não como o ponto de chegada dum processo que se quer sustentado e rentável porque eficaz.

(...)

Este diploma é também profundamente demagógico. Desde logo porque se invoca uma poupança de milhões de contos sem se explicar como. Foram inventariados todos os custos subjacentes à preparação dos serviços e aquisição de todo o equipamento? Qual é o “Business Plan”?

Queremos que aconteça o mesmo que ocorreu com o cartão do utente, no tempo do governo socialista, em que nem se conseguiu equipar todos os serviços de saúde com instrumentos de leitura dos cartões?

O custo não é só do cartão.

(...)

O caminho faz-se caminhando.

O Governo definiu e começou a por em prática uma estratégia, com planos de acção concretos que se constituem como “passos seguros” rumo à modernização e interligação dos serviços públicos. Esta Assembleia deve estar atenta e terá de criar as credenciais legais e constitucionais que se compatibilizem com esse caminho.

(...)

Estamos de acordo com a ideia de estimular o uso de serviços electrónicos, públicos ou privados, por um cada vez maior número de cidadãos.

Esse é também o nosso desafio. Para um dia podermos chegar a um sistema integrado que possa viabilizar um cartão comum do cidadão.

(...)

(...)

Para a prossecução da política do Governo em matéria de Inovação, Sociedade de Informação e Governo Electrónico, foi criada, pela Resolução N° 135/2002, a UMIC – Unidade de Missão para a Inovação e Conhecimento.

Com o impulso da UMIC foram já elaborados e aprovados na Comissão Interministerial Inovação e Conhecimento, os Planos de Acção para a Sociedade de Informação e Governo Electrónico, que a par de outras Iniciativas Nacionais, se constituem como importantes instrumentos de coordenação estratégica e operacional da execução da política governamental.

(...)

No entender do Partido Social Democrata a ideia, em si mesma, de criação dum cartão do cidadão, não deve ser desprezada. Porém, esta proposta do Partido Socialista enferma dos defeitos de inoperacionalidade, demagogia e inoportunidade.

Inoperacionalidade porque não existem, hoje, condições de praticabilidade do sistema proposto, como adiante se demonstrará.

Observatório de Imprensa

Otários

Em suma, o facto de adiarmos, para reflexão, a Ota mostra que não tomarão os nossos governantes por otários, por muito que tentem...

Gonçalo Capitão, A Capital, 3/06/03

Estado da Nação

Todos temos o dever de lutar contra a cultura da mediocridade e da banalização do exercício da política, adaptando uma atitude nova.

Graça Proença de Carvalho, Diário Económico, 4/06/03

Escutas telefónicas e constituição

É sempre sumamente estranho que os grandes arautos do Estado de Direito só apareçam a terreiro num momento em que é a classe política beliscada.

Jorge Bacelar Gouveia, Diário Económico, 6/06/03

A esperança é o país Real

Importa manter total serenidade e tirar destes acontecimentos também o registo de que as instituições do estado de direito estão a funcionar. A justiça e os órgãos de investigação criminal estão a actuar com a preocupação e a contenção que se lhes exige, ou seja, confirmando que ninguém está acima da lei.

Guilherme Silva, A Capital, 6/06/03



Intervenção sobre a atribuição do estatuto de Panteão Nacional à Igreja de Santa Cruz de Coimbra

Deputado Miguel Coleta
A.R. 06-06-2003

(...)

A forma como cuidamos da história, a interpretação que fazemos dos factos históricos e a valorização que lhe atribuímos no nosso plano de referências, pode ser relacionada com o amor-próprio colectivo.

O misticismo nacionalista, presente ao longo de toda a nossa história, corresponde a uma fuga ao encontro com a realidade e é inerente ao comportamento de um povo que, desde cedo, se achou sob protecção divina e naturalmente possuidor de um destino singular.

(...)

Um país moderno, confiante no seu futuro, deve viver em paz com o seu passado e saber honrar a sua história.

Hoje, o plenário da Assembleia da República, discute um projecto-lei, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, que visa **atribuir o estatuto de Panteão Nacional à Igreja de Santa Cruz em Coimbra**, onde repousam os restos mortais do I Rei de Portugal.

Numa formulação particularmente feliz Kant afirmou que a mitologia sem história é vazia e que a história sem mitologia é cega.

(...)

...D. Afonso Henriques é um exemplo paradigmático das oscilações da nossa auto-estima colectiva. Apesar de assumir um lugar único e indisputável como fundador da nacionalidade, estranhamente, esse facto não se tem reflectido na importância histórica e simbólica que lhe tributamos.

Prova material disso mesmo é o local onde se encontra sepultado: a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Este templo, mandado erigir pelo próprio monarca, assumiu um papel crucial na afirmação da identidade nacional e na consolidação do seu poder



político. Santa Cruz foi, ao mesmo tempo, o centro político e cultural de uma nova entidade politica-administrativa. Este templo constituía a expressão sólida do vínculo do monarca com o poder divino.

Segundo José Mattoso, **ao fixar a sua residência em Coimbra, D. Afonso Henriques tomou, talvez, "a mais transcendente de todas as suas decisões para a sobrevivência de Portugal como nação independente"**.

(...)

Hoje em dia, esta Igreja passa despercebida no, felizmente vasto, conjunto dos Monumentos Nacionais. A maioria das pessoas desconhece que D. Afonso Henriques aí se encontra sepultado por sua vontade e ignora que o mosteiro é a herança material dos momentos mais significativos da fundação e, portanto, símbolo da nossa independência e da nossa identidade.

(...)

Actualmente, apesar da recuperação da fachada e da limpeza em curso nos claustros, o interior da Igreja atingiu níveis de degradação física absolutamente incompatíveis com a dignidade que o espaço deve merecer.

No seu testamento, D. Afonso Henriques, deixou bem expressa a sua vontade com as seguintes palavras: "...ao Mosteiro de Santa Cruz onde desejo sepultar o meu corpo...".

Este espaço é portanto o seu panteão à mais de VIII séculos, hoje pretendemos, apenas, que este facto seja reconhecido pela força das leis de um país democrático, numa homenagem que se projecta num tributo a todas as gerações que a História distinguiu pela sua grandeza.

(...)

Termino como comecei, citando Eduardo Lourenço, que escreveu que: "a hora de nascimento de um povo não se compara a nenhuma outra. A de Portugal foi ao mesmo tempo simples e interminável."

É essa hora que aqui pretendemos evocar.

O PSD propõe

Projecto Lei N° 310/IX

Alteração da Lei-Quadro da Criação de Municípios

Trata-se, pois, a presente iniciativa, não do aligeiramento das regras e requisitos que regulam objectivamente as condições legais para o surgimento de novos municípios, mas antes de estatuir uma previsão legal que permita tratar excepcionalmente o que se apresente e seja reconhecido como excepcional, sem com isso perturbar a unidade e a coerência da ordem jurídica.

Modificações institucionais na “Casa do Douro”

O conselho de Ministros da semana passada, reunido na sua sede, examinou e aprovou duas propostas de Lei, cinco Decretos-Lei e três resoluções.

Das propostas de Lei, a primeira destina-se a autorizar o Governo a legislar sobre a Casa do Douro, aprovando os novos estatutos e o respectivo regulamento eleitoral.

Passam já oito anos sobre a adopção de um modelo de gestão interprofissional para o sector do Vinho do Porto, a evolução entretanto registada aconselha a introdução de várias alterações no edifício institucional da Região Demarcada do Douro.

Pretende-se agora simplificar e aperfeiçoar o modelo de gestão do sector, reduzindo o número de entidades públicas com intervenção neste domínio e concentrando a supervisão da vitivinicultura duriense num único organismo. Por outro, visa-se redefinir o papel a desempenhar pela Casa do Douro neste contexto, valorizando a sua vertente associativa e de defesa dos interesses dos viticultores, mantendo, nestes termos, a sua natureza pública com inscrição obrigatória dos viticultores, e criando condições que permitam a sua viabilização económica, libertando-a dos encargos com pensões complementares de aposentação e sobrevivência que actualmente suporta e dos custos com o pessoal que será libertado em consequência desta alteração institucional.

Torna-se pois necessário proceder à alteração dos estatutos da Casa do Douro em consonância com esses objectivos, orientando-a para a defesa dos interesses dos viticultores da Região Demarcada do Douro e para a respectiva representação no seio da nova estrutura interprofissional.

Cabe, nestes termos, à Casa do Douro a representação exclusiva da produção nos órgãos interprofissionais do Instituto do Vinho do Porto, após a remodelação deste e devendo ter em conta a realidade sócio-económica da região e respeitar critérios de equidade no acesso das associações de produtores ao conselho regional da Casa do Douro.

Por outro lado, a Casa do Douro deve ser orientada para as tarefas primordiais de representação e apoio à produção, deixando assim de intervir na comercialização de vinhos, incluindo a retirada da produção dos vinhos de vindima não comercializados, com ressalva da aquisição, em cada campanha, de um quantitativo simbólico destinado à manutenção do «stock» histórico de representação.

No cumprimento daquela orientação, a Casa do Douro conservará a titularidade do cadastro das vinhas, competindo-lhe proceder à inscrição de



todas as parcelas de vinha da Região Demarcada do Douro, no respeito das normas a definir pelo Instituto do Vinho do Porto, a quem será fornecida toda a informação contida nesses registos, necessária à prossecução das suas atribuições e competências.

Nesse sentido, a Comissão de Acompanhamento prevista no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2002, de 30 de Dezembro, promoveu trabalhos preparatórios com vista à revisão dos estatutos e do regulamento eleitoral da Casa do Douro, que conduziram a um consenso em torno de uma proposta de alterações que veio a merecer a aprovação do respectivo Conselho Regional de Vitivinicultores.

Condições de aquisição de fogos pelos municípios e pelo Instituto Nacional de Habitação

Por Decreto-Lei foram reguladas as condições de aquisição de fogos pelos municípios e pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) em empreendimentos de habitação de custos controlados, quando se destina a assegurar o realojamento de agregados familiares ao abrigo de operações municipais de realojamento.

Assim, os municípios poderão adquirir habitações integradas em empreendimentos de habitação de custos controlados e nos casos em que os municípios o não possam fazer, assegurar a afectação dessas habitações ao realojamento de agregados familiares abrangidos pelo Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (PER) e pelos programas municipais de

realojamento.

No passado, os procedimentos adoptados não levantaram problemas, mas surge agora um problema para resolver, ou seja, encontram-se 3208 fogos construídos, prontos e fechados à espera da resolução de um obstáculo que é de simples características administrativas.

Nos termos expostos, torna-se urgente – e esta é a razão do presente diploma – criação de uma medida transitória que permita a existência de condições de aquisição excepcionais, pelos municípios, de fogos a custos controlados destinados a programas de realojamento, bem como assegurar a afectação de fogos promovidos ao abrigo deste diploma, já construídos ou em construção, aos programas municipais de realojamento nos casos em que a capacidade de endividamento dos municípios lhes não permite a respectiva aquisição.

Agilizada a construção de troços do sistema de metro ligeiro do Porto, tendo em vista o Euro-2004

O Decreto-Lei 394-A/98, que aprovou as bases da concessão do sistema de metro ligeiro do Porto. A base VI desta concessão foi agora modificada, tendo em vista as vantagens funcionais de inserção na primeira fase do sistema de metro da área metropolitana do Porto do sub-troço Campanhã-Bonjôia-Antas.

Possibilita-se assim, com uma mera antecipação de seis meses em relação à programação feita pela Concessionária

Metro do Porto S.A., a entrada em funcionamento daquela parte do sistema antes da realização do Euro 2004, facto que se integra no prestígio, segurança e condições de logística que se desejam para o evento desportivo.

Também por resolução, foi aprovada a realização imediata dos trabalhos de construção do sub-troço Campanhã-Bonjôia-Antas do sistema de metro ligeiro da área metropolitana do Porto.

Foi assim autorizada a inserção, na primeira fase do sistema de metro ligeiro da área metropolitana do Porto, daquele sub-troço, promovendo o serviço de transporte de metro até às Antas, a tempo da realização do Euro 2004.

Aprovado o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado.

Por resolução do Conselho foi aprovado o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado, que estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na execução do plano, com vista a assegurar a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da sua área de intervenção, a qual abrange parte dos concelhos de Sintra, Cascais, Almada, Sesimbra e Setúbal.

Visa, em especial, a prossecução dos seguintes objectivos: o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira, a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos



Reunião do Conselho de Ministros (Conclusão)

“Metro Ligeiro” do Porto apoiará o “Euro-2004”

ambientais ou turísticos, a orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira, a defesa e valorização dos recursos naturais e do património histórico e cultural.

Artigos 9.º e 11.º do Regime Jurídico da Gestão Hospitalar

Por Decreto-Lei foram regulamentados os artigos 9.º e 11.º do regime Jurídico da gestão hospitalar, aprovado pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro.

Não obstante os progressos alcançados, a realidade tem revelado que os modelos de organização dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) se encontram desajustados das necessidades actuais das populações, dos novos padrões de doença e oportunidades terapêuticas, justificando as alterações legislativas em curso.

Estas têm como principal objectivo, introduzir uma maior descentralização na estrutura funcional, proporcionar uma maior capacidade directiva os órgãos máximos e intermédios da gestão hospitalar, nomeadamente aos conselhos de administração e aos directores de departamento ou de serviço, bem como uma identificação clara das suas responsabilidades na cadeia hierárquica.

O novo modelo de organização exige de todos os profissionais habilitações para trabalho em equipas de saúde multiprofissionais, e aos respectivos gestores capacidade de liderança e conhecimentos que lhes permitam utilizar de forma eficiente os instrumentos de gestão ao seu dispor.

A par de se reconhecer o contributo insubstituível dos profissionais de saúde, e de respeitar as suas competências ou interesses legítimos, este novo regime atribui-lhes maior autonomia e correspondente responsabilização na gestão clínica, bem como incentivos à produtividade e qualidade assistenciais.

Paralelamente, o modelo tradicional de financiamento dos hospitais, baseado em orçamentos históricos, será igualmente substituído por um novo regime de pagamento dos actos, técnicas e serviços efectivamente prestados, segundo uma Tabela de Preços única para todo o SNS, que simultaneamente os classifica, bem como a contratualização de serviços por objectivos concretos, adequados às necessidades das populações e às capacidades das instituições, premiando o mérito e o desempenho dos profissionais. Estes, serão monitorizados de acordo com um sistema de avaliação regular, incluindo um conjunto ponderado de factores, em

estreita ligação com a produção realizada, a eficiência demonstrada e a qualidade dos resultados obtidos. Os indicadores da actividade dos hospitais, reportados ao ano civil anterior, constituirão matéria de divulgação e apreciação

Construção da sede da direcção dos baldios da freguesia de Cortes do Meio.

Por decreto-lei foi excluído do regime florestal parcial obrigatório uma área de 300m², situada no lugar do Alto do Louseiro, freguesia de Cortes do Meio, concelho da Covilhã, integrada no perímetro florestal da Serra da Estrela - Núcleo de Cortes do Meio, que se destina à construção do Edifício Sede do Conselho Directivo dos Baldios da freguesia de Cortes do Meio.

Este diploma decorre de uma solicitação do Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Cortes do Meio, concelho da Covilhã, no sentido de serem excluídos do Regime Florestal Parcial Obrigatório 300m² de terreno situados no lugar de Alto do Louseiro, com o objectivo de aí ser construído o Edifício Sede do Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Cortes do Meio, deixando o terreno de ter uso florestal, pelo que se torna necessário proceder à sua exclusão do regime florestal parcial obrigatório.

Exonerado a seu pedido, o governador civil de Castelo Branco e nomeado sucessor

10. Resolução do Conselho de Ministros que exonera, a seu pedido, o

anterior e nomeia o novo Governador Civil de Castelo Branco.

Por resolução do conselho de ministros foi exonerado a seu pedido, do cargo de Governador Civil de Castelo Branco, o dr. José Pereira Lopes e nomeado para o mesmo cargo a dr.ª Maria Manuel Carmona de Figueiredo Nogueira Rodrigues da Costa.

+ + + + +

Ainda por Decreto-Lei, foi alterado o anterior diploma do mesmo tipo, n.º 93/2000, de 23 de Maio, que estabelecia as condições a satisfazer para realizar no território nacional a interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade que tem agora uma redacção modificada de acordo com novas circunstâncias da sua aplicação

Prevenção e repressão de perturbações em voos comerciais

A prevenção e repressão de actos ilícitos cometidos a bordo de aviões de passageiros, tem estado na primeira linha dos responsáveis da segurança das companhias aéreas civis, em voos comerciais situação agora mais delicada do que nunca, desde os atentados contra as “torres gémeas” em Nova Iorque.

Entende o Governo que o desrespeito pela tripulação decorrente de actos por abuso de álcool, fumar em voos onde é expressamente proibido fazê-lo, o uso de telemóveis ou outros aparelhos electrónicos passíveis de interferir com as comunicações da torre de controlo aéreo, poderá redundar num acidente de danos irreparáveis e, mais importante, na perda de vidas.

Aparentemente, são actos simples mas por vezes com repercussões graves, ao nível da segurança do voo e até da integridade física de passageiros e tripulação.

Não obstante, o actual quadro internacional e o alerta vermelho lançado pelo ataque terrorista às Twin Towers obrigou a que todo e qualquer acto ligado à aviação civil se revestisse de precauções extraordinárias tendo em conta a salvaguarda não só das companhias e das tripulações mas, essencialmente, da segurança dos milhões de passageiros. Não é, pois, de estranhar, que quer as companhias aéreas, quer as Nações entendam que a segurança na aviação é uma prioridade.

É neste contexto que o Governo acaba

de aprovar a proposta de Lei relativa à “Prevenção e Repressão de actos ilícitos praticados a bordo de aeronaves civis em voos comerciais”, tendo em vista a harmonização do direito interno com as exigências e práticas recomendadas pela OACI – Organização da Aviação Civil Internacional, e com o Regulamento (CE) n.º 2320/2002 do Parlamento e do Conselho de 16 de Dezembro de 2002, relativo ao estabelecimento de regras comuns no domínio da segurança da aviação civil.

Reconhecendo as constantes e crescentes preocupações com o problema da segurança do transporte aéreo, o XV Governo Constitucional apresentou uma Proposta de Lei destinada a prevenir e reprimir as infracções de passageiros desordeiros a bordo de aeronaves civis em voo comercial.

Neste sentido, a Proposta de Lei aprovada pelo Governo procede ao alargamento da aplicação no espaço da lei penal e contra-ordenacional portuguesa, relativamente a actos cometidos a bordo de aeronaves alugadas, com ou sem tripulação, a um operador que tenha a sua sede em território português, e a bordo de aeronaves de matrícula estrangeira que se encontrem a sobrevoar espaço aéreo estrangeiro, desde que o local de aterragem seguinte seja território português e o comandante da aeronave entregue o presumível infractor às autoridades portuguesas competentes.

Assim, é punido com a pena aplicável

ao respectivo crime quem, a bordo de uma aeronave civil em voo comercial, praticar crime contra a vida, contra integridade física, contra a liberdade e autodeterminação sexual, contra a honra e contra a propriedade.

Por outro lado, a Proposta de Lei estabelece um agravamento de um terço dos limites mínimos e máximos das penas aplicáveis aos referidos crimes, já tipificados no Código Penal, quando cometidos a bordo de aeronaves civis, em voo comercial. São ainda tipificados um crime de desobediência a ordem ou instrução legítima dada pelo comandante da aeronave ou por qualquer membro da tripulação em seu nome, e um crime de difusão de informações falsas sobre o voo, quando tal provoque alarme ou inquietação entre os passageiros.

Por último, a Proposta de Lei do Governo propõe que sejam tipificadas como entrar a bordo sob influência de bebida alcoólica, substância psicotrópica ou produto de efeito análogo e o consumo a bordo de bebidas alcoólicas que comprometa a segurança da aeronave, seus ocupantes e bens, devendo o número de bebidas alcoólicas que integram o serviço de restauração da aeronave ser limitado consoante o tipo e duração do voo, nos termos de regulamentação complementar, configurando ainda contra-ordenação fumar e utilizar telemóvel, quando tal seja proibido.

José Luís Arnaut apoia, coordena e encoraja a “Sociedade da Informação”

O plano de acção do Governo para a Sociedade da Informação deverá ser aprovado em Conselho de Ministros em Junho, data que marcará ainda a concretização de algumas metas traçadas para esta área, foi hoje anunciado.

O prazo foi estabelecido após uma reunião da Comissão Interministerial para a Inovação e o Conhecimento (CIIC), presidida pelo ministro adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut, com a presença do gestor da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), Diogo Vasconcelos.

Assim, em Junho, deverão ser aprovados o Plano de Acção para a Sociedade da Informação (que enquadra todos os subsequentes), o Plano de Acção para o Governo Electrónico, a Iniciativa Nacional para a Banda Larga, a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais e o Programa Nacional de Compras Electrónicas.

O objectivo é definir instrumentos de coordenação estratégica e operacional para colocar Portugal “na liderança da sociedade da informação e do conhecimento”, definiu Diogo Vasconcelos.

Por Sociedade da Informação entende-se o cumprimento de várias metas que permitam utilizar a Internet para melhorar o funcionamento do Estado, proporcionar maior qualidade de vida aos cidadãos, facilitar o seu acesso aos serviços públicos e à informação, tornando ao mesmo tempo a economia mais competitiva.

A UMIC elaborou um diagnóstico da situação que evidencia “a posição pouco favorável ocupada, no contexto europeu, em diversos domínios relacionados com a Sociedade da Informação” em Portugal, apontou.

Daí que o executivo tenha estabelecido objectivos e prioridades que passam pela necessidade do Estado assumir um papel de catalisador e promotor de iniciativas no âmbito da Sociedade da Informação, de forma a recuperar o atraso do país neste domínio, disse.

Os projectos que vão permitir concretizar este novo plano de acção serão posteriormente serão divulgados, acrescentou.

No entanto, lembrou, em jeito de balanço, estão já em curso um conjunto de projectos encetados pela UMIC, estrutura do executivo de apoio à Sociedade da Informação, Governo Electrónico e Inovação, desde que entrou em funções, em Novembro de 2002.

Os “Campus Virtuais”, iniciativa

que visa dinamizar o acesso à Internet em banda larga junto de professores e alunos do ensino superior, funciona já a título experimental em sete instituições.

neste sentido.

Outra das grandes prioridades do Governo para a Sociedade da Informação passa pela dinamização das compras electrónicas, que

www.comprasgov.pt.

“Este será um portal informativo numa primeira fase, sendo esperável que em 2004 passe a ser transaccional”, disse.

Também o cidadão terá um portal, que deverá permitir aumentar a qualidade dos serviços públicos prestados, e cujo protótipo deverá ser conhecido na mesma altura.

“A partir daí avançaremos com um concurso para ter, em Dezembro, cerca de 50 serviços da Administração Pública disponíveis nesse portal”, explicou Diogo Vasconcelos.

A biblioteca científica digital, que permitirá a estudantes, universidades e laboratórios o acesso a mais de 2.200 revistas científicas internacionais, deverá, por seu lado, estar disponível em Setembro.

Diogo Vasconcelos sublinhou ainda o esforço da UMIC para o aumento do número de candidaturas nacionais ao VI Programa Quadro de Ciência e Tecnologia da União Europeia, orçado em cerca de 16 mil milhões de euros.

“Existem já três candidaturas de consórcios europeus liderados por universidades portuguesas, cerca de 20”, disse.

A CIIC, criada pela resolução do Conselho de Ministros 135/2002 publicada em Diário da República a 20 de Novembro, sucede à anterior Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação criada pelo ex-Ministério da Ciência e da Tecnologia.



A Ministra de Estado e Finanças e o Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, José Luís Arnaut, imagem colhida na sessão inaugural do fórum “A Europa do Futuro”

José Luís Arnaut coordena e encoraja o trabalho da UMIC

O ministro adjunto, José Luís Arnaut, é o mais alto responsável, a nível de Governo, pelo desenvolvimento e concretização deste projecto, que será um dos factores essenciais no desenvolvimento e modernização da sociedade civil e do seu melhor e mais eficiente relacionamento com o Estado.

Além disso foram apresentadas 54 candidaturas a este projecto, que deverão ser analisadas e aprovadas (todas, se cumprirem os requisitos) até ao final de Junho, o que vai representar um investimento público, através do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), de 25 milhões de euros.

Ainda relativamente ao acesso à Internet, o governo assumiu como prioridade a massificação da banda larga, tendo delineado uma iniciativa nesse sentido com a Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM), que em Junho deverá ser conhecida em pormenor, disse.

Um dos entraves à massificação da banda larga, assumiu o gestor da UMIC, é o seu elevado preço, pelo que foi criado um grupo que vai ajudar a implementar medidas concretas

poderão aumentar a produtividade transformando o Estado em cliente, e funcionando como alavanca para a adopção das novas tecnologias.

Nesse sentido, foram identificados seis ministérios que vão arrancar com projectos piloto (ministério das Obras Públicas, Educação, Saúde, Segurança Social, Defesa e Presidência do Conselho de Ministros) por seis meses, a partir de Junho, altura em que também será lançado o portal

Combate às listas de espera

Durante uma visita ao Centro Hospitalar de Torres Vedras, o ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, garantiu que vai ser cumprido o primeiro ano do programa de combate às listas de espera para intervenções cirúrgicas, com a realização de 65 mil operações.

“Estamos convencidos de que vamos resolver o problema de 65 mil pessoas que estavam em lista de espera no primeiro ano do programa”, afirmou Luís Filipe Pereira.

O ministro disse que já foram realizadas 21 mil intervenções que estavam em lista de espera e que o número será duplicado no segundo semestre, juntando-se ainda mais 20 mil operações contratualizadas com o sector privado, “o que dá os 65 mil, que era o objectivo para o primeiro ano”.

Luis Filipe Pereira falava em Torres Vedras, após uma visita ao Centro Hospitalar local, composto pelo antigo hospital distrital e pelo antigo sanatório do Barro, unidade que recebe doentes com tuberculose de todo o país.

O hospital de Torres Vedras está integrado no Programa Especial de Combate às Listas de Espera, tendo realizado 451 intervenções desde Julho de 2002.- fonte: **Lusa**





Ministério da Cultura

Enquadramento legal de Património e Bibliotecas

Com uma acção discreta – que reflecte uma forma de ser pouco atreita a protagonismos – o ministro da Cultura, Pedro Roseta, continua a erguer uma obra sólida, com atenção às verdadeiras prioridades e uma gestão cuidadosa dos recursos financeiros de que o seu ministério dispõe, estes tempos de contenção.

O Ministro, no fim do mês passado, resolveu um problema que há muito se arrastava, dando garantias de que a nova lei orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) deverá estar concluída antes do Verão, dando-se seguimento à sua fusão com o Instituto Português de Arqueologia (IPA).

Este anúncio foi feito no final da inauguração do novo laboratório de tratamento de madeiras do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), em Lisboa, um instrumento essencial para o conveniente tratamento de nosso imensamente rico património de navios naufragados nas cercanias marítimas de Lisboa, na era dos descobrimentos e seguintes, ou seja, na altura do comércio de especiarias com a Índia e das trocas comerciais com o Brasil.

Pedro Roseta assegurou que a conclusão da lei orgânica “está para muito breve”.

Pedro Roseta adiantou que a lei orgânica do futuro Instituto que conjugará o IPAE e o IAC “está em fase final”, e no que diz respeito ao IPPAR/IPA “ainda é preciso dar uma volta ao texto e ouvir algumas entidades do sector do património”, nomeadamente os presidentes das associações de arqueologia.

Enquadramento do Livro e da Leitura

Também no que se refere à nova lei de enquadramento do livro e da leitura que deverá ser concluída e aprovada até ao final do ano, o governo está a fazer um trabalho que irá alterar profundamente o sector, que neste momento se encontra desorganizado devido às medidas avulsas que foram anteriormente tomadas.

No âmbito do Ministério, a proposta da nova Lei está a ser preparada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) e enquadrará o sector do livro e da leitura em Portugal, contendo as regras, objectivos e medidas “transparentes” - substituindo despachos anteriores “que deixavam muito a desejar” - de forma a atribuir apoios precisos ao livro e à promoção da leitura no país. – fonte Lusa



“Perspectivas do Futuro”

Manuela Ferreira Leite nas conferências de Viana do Castelo

O governador civil de Viana do Castelo está a organizar um ciclo de conferências de grande impacto, que se desenrolam no Salão Nobre do Governo Civil e têm registado uma grande audiência, interessada e atenta, principalmente porque o tema geral – “Perspectivas do futuro” – é aliciante e os conferentes são personalidades do maior prestígio e destaque na vida pública portuguesa.

A conferência inicial teve como orador o ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo Martins da Cruz elaborado considerações pertinentes sobre o “novo modelo de diplomacia económica”.

A segunda conferência, contou como oradora com a ministra das Finanças, que falou sobre finanças públicas e a conjuntura actual.

A responsável pelas finanças afirmou que, ao equilíbrio das contas públicas, se devem seguir reduções significativas na área dos impostos, como forma de gerar maior riqueza no país. Acrescentou também que já se registam alguns sinais positivos de recuperação ao nível externo, embora sublinhado que “nunca aconteceu em simultâneo o desequilíbrio externo e orçamental na história de Portugal, e é também a primeira vez que tem de se fazer esta correcção estando em moeda única”, o que, evidentemente, torna muito mais delicada e difícil tal operação.

Afirmou ainda: “A cultura da despesa é algo que não se pode esperar que melhore, deve melhorar por uma questão de racionalização, mas não por uma questão de mais despesa porque a margem orçamental que haja deve ser toda canalizada para a redução dos impostos”.

“O desequilíbrio externo verificou uma redução de nove por cento para pouco mais de seis por cento e o objectivo é atingir até ao final deste ano muito perto de quatro por cento”.

Por outro lado, o desemprego aumentou “cerca de seis por cento”, o que traduz a “dor” que o país tem de enfrentar para ver a sua situação corrigida. Mesmo assim, desdramatizou a situação nacional em relação à média europeia, dando como exemplo a percentagem de desempregados (11%) que atinge a Espanha.

Tratar o doente em vez de enganar com aspirinas

A Ministra disse ainda que perante o “grave” problema económico que se vive, o Governo optou “claramente por tratar o doente”, em vez de o “enganar com analgésicos”.

“Bastava-nos começar a fazer mais despesa pública e o doente já estaria melhor nos próximos dois meses, mas



As conferências de Viana do Castelo estão a registar apreciável sucesso, com audiências interessadas e participativas

no próximo ano estaria bem pior. Ou seja, estávamos a hipotecar o futuro. Por isso, optámos por tratar de vez da nossa vida, mesmo que isso provoque alguma dor no imediato”, referiu.

Portugal, logo que esteja ultrapassada esta fase de contenção deverá arrancar definitivamente para o seu “crescimento e aproximar o nosso nível de vida do dos outros países da UE mais ricos do que nós”.

“Temos de olhar para a frente, para a Espanha, para a Irlanda, para os que estão à nossa frente, poupar

para crescer, poupar para poder exportar”, uma vez que “temos de investir lá fora e abrir o nosso país ao investimento externo”. E conclui: “Portugal está claramente no bom caminho”.

Manuela Ferreira Leite foi fortemente aplaudida pela numerosa assistência, ouvindo-se comentários altamente favoráveis às palavras fortes e verdadeiras da Ministra que não poupa a verdade ao País, como o fizeram os seus antecessores nos governos socialistas.

Durão Barroso na Casa Branca

“Aprecio o estilo de liderança do José e prezo muito e considero os seus conselhos”

George W. Bush em conferência de Imprensa

A viagem de Durão Barroso a Washington, para uma reunião na Casa Branca com o presidente George W. Bush, seguida de um encontro com o Secretário Geral das Nações Unidas e visitas a algumas das comunidades portuguesas nos Estados Unidos e Canadá, tem sido considerada um verdadeiro sucesso diplomático, com implicações políticas e económicas de grande magnitude.

Foi a segunda vez que Durão Barroso foi recebido na Casa Branca, mas agora no topo da escala informal do protocolo de Estado americano, visto que a visita comportou o almoço com o presidente, acompanhado do vice-presidente Dick Cheney, do secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, e da conselheira de segurança nacional, Condoleezza Rice.

Houve alguma surpresa entre os correspondentes portugueses pelo tratamento pelo primeiro nome, usado pelo chefe de Estado americano, mas deve lembrar-se que esta forma de se dirigir a um interlocutor é, nos Estados Unidos, uma indicação de amizade e consideração, na sequência de um bom relacionamento, devendo ser retribuída. Durão Barroso.

Na pequena parte da reunião aberta aos jornalistas, George W. Bush elogiou abertamente o “estilo de liderança” e garantiu ter «tido em conta as opiniões de Durão Barroso sobre o Iraque, recordando o papel deste na Cimeira



“Continuará a amizade e a cooperação entre as nossas Nações...”



“Nenhum acto nobre se alcança sem correr riscos”

verdade, o que me leva a apreciar muito o nosso relacionamento”.

Para a administração norte-americana os dirigentes que apoiaram Bush são vistos agora como essenciais para a construção do pós-guerra no Iraque.

O governo, disseram fontes da Casa Branca, “não tem qualquer tipo de ilusões” sobre as dificuldades com que vai continuar a deparar na sua política externa, estando por isso ciente da necessidade de mostrar o seu apreço pelos amigos que tem.

O presidente norte-americano é também conhecido por gostar de mostrar o seu apreço àqueles que o apoiam, particularmente - como é o caso do chefe do governo português - os que correram riscos políticos nos seus países ao demonstrarem essa posição.

“Portugal esteve desde a primeira hora entre os aliados mais próximos da América”

A Casa Branca, ao anunciar a visita de Durão Barroso, fez notar que “Portugal esteve desde a primeira hora entre os aliados mais próximos da América na guerra ao terrorismo e nos

esforços para levar a paz e a democracia ao Iraque”.

Na conferência de Imprensa, Durão Barroso retribuiu, os elogios, recebidos de George Bush, mas foi optimista relativamente à posição europeia, afirmando que a “Europa estará sempre ao seu lado”. O primeiro-ministro usou uma frase do francês Montaigne, “um grande europeu”, para elogiar Bush: “As causas nobres não se realizam sem riscos”, disse, acrescentando que depois dos EUA terem ganho, com riscos, a guerra, “todos devem ganhar a paz”.

Ao almoço, Bush também quis ouvir Durão Barroso sobre a situação em África, que o presidente norte-americano visitará em Julho, tendo também manifestado o seu interesse pelas soluções em estudo, em Portugal, para a reforma segurança da social.

O jornal “Publico”, comentando a reunião, afirmava que, apesar de não ser assumido oficialmente, Durão Barroso abordou a sucessão de Lord Robertson na NATO, o que seria confirmado pelo Ministro da Defesa americano, na sua visita a Lisboa na terça-feira.

Entretanto afirma-se em círculos diplomáticos de Washington, que a participação portuguesa na reconstrução do Iraque e o envolvimento de técnicos portuguesas na administração do país já estão em marcha.

“O Governo já fez tudo o que pode, agora é a vez dos empresários.”

Nas suas declarações no “Rose Garden”, à saída do encontro com George W. Bush, Durão Barroso realçou o papel de Portugal no futuro iraquiano, afirmando que as relações entre Portugal e os Estados Unidos nunca foram tão favoráveis e que em termos de condições para a cooperação na reconstrução, o Governo já fez tudo o que pode, agora é a vez dos empresários.

«Não compete ao primeiro-ministro, nem ao Governo de Portugal, assinar contratos em nome de empresas individuais. Espero agora que os nossos empresários façam a sua parte do trabalho», afirmou o Primeiro Ministro.

«Estamos a criar as condições políticas, elas existem. Os senhores ouviram o presidente Bush dizer o apreço que tem por Portugal, mas obviamente agora há o trabalho de casa que se tem de fazer e isso compete aos agentes económicos privados», acrescentou.

Relativamente à participação portuguesa na futura administração do território, as coisas parecem mais fáceis. «Os próprios norte-americanos já nos tinham pedido candidaturas e temos algumas candidaturas, nomeadamente a nível de embaixadores. Tudo agora tem

dos Açores, pois que “preza muito e considera os conselhos” do primeiro-ministro português, um «homem honesto e preocupado com valores fundamentais e básicos como a paz e a



Durão Barroso na Casa Branca (Continuação)

“Nunca foram tão favoráveis as relações Portugal-Estados Unidos”



de ser visto em termos concretos, através da descrição exacta do que é preciso

questão do Iraque, a melhoria das condições de vida do povo e o

a situação no mais novo país do Mundo o Primeiro Ministro português deseja que uma eventual diminuição dos efectivos da força multinacional que se encontra no território não represente uma completa retirada do território.

“Encorajei o secretário-geral para que não houvesse desinteresse das Nações Unidas na fase seguinte (depois de Maio 2004), isto é, que não haja de um dia para o outro um abandono das Nações Unidas relativamente a Timor”, afirmou Durão Barroso, mostrando o seu agrado o secretário-geral da ONU continuar a seguir “de muito perto” a situação no território. O Governo português receia que se repitam os incidentes de Dezembro nos quais até o próprio presidente Xanana Gusmão foi envolvido.

No entanto, foi mais parco em palavras quando comentou a hipótese, levantada por um correspondente estrangeiro, de Portugal participar numa nova operação, desta feita no Congo, integrada numa força europeia. O chefe do Governo português apenas confirmou que houve contactos nesse sentido, por parte do governo de Angola, mas garantiu que não há qualquer decisão «nem sequer mesmo uma pré-decisão».

Entusiástico apoio dos luso-americanos



“Espero que os nossos empresários façam a sua parte do trabalho”

fazer», salientou.

Os problemas de algum afastamento da Europa e dos Estados Unidos, e o papel da NATO, foram outros dos assuntos em cima da mesa, mas Durão Barroso não quis aprofundar o tema, dizendo apenas que «o presidente Bush quer valorizar o papel de Portugal no âmbito da Aliança Atlântica».

Após a reunião e a conferência de imprensa na Casa Branca, Durão Barroso seguiu para Nova Iorque onde, ao fim do dia, se encontrou com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na sede daquela organização.

A reunião prolongou-se para além dos tempos protocolares e à saída do encontro o primeiro-ministro português mais uma vez foi solicitado pela imprensa para declarações. Durão Barroso apelou à unidade entre a União Europeia, Estados Unidos da América e ONU, que devem pôr de lado divergências do passado e unir esforços para melhorar as condições de vida do povo iraquiano.

O primeiro-ministro pediu à ONU que deixe de discutir a legitimidade da presença de forças estrangeiras no Iraque pós-conflito e apoiarem a convergência internacional, em torno da construção da paz e da democracia no país. «As Nações Unidas, nesta fase, em vez de se perderem numa discussão teológica acerca de problemas de legitimidade, deveriam colaborar pragmaticamente para a melhoria das necessidades do povo iraquiano», sublinhou Durão Barroso.

O primeiro-ministro fez questão de frisar a sua sintonia com o secretário-geral da ONU, afirmando que também este defende, como prioridade na

restabelecimento da paz e da segurança.

«Há necessidades do povo iraquiano, desde logo, ajuda humanitária, mas também estabilidade», continuou Durão Barroso que pôde ouvir as palavras de agradecimento de Kofi Annan pela decisão envio de 120 militares da GNR para o Iraque, dizendo que «foi gratificante ouvir palavras de grande apreço pelo contributo que Portugal dá à ONU».

«O Secretário-Geral reconheceu como muito importante a oferta que estamos a fazer, de enviar 120 militares da GNR para o Iraque, pois também pensa que é importante a estabilização naquele país e sobretudo nesta fase, um apoio na área policial».

Segundo Kofi Annan, Portugal ocupa a 15ª posição no que toca a contribuições para a manutenção da Paz.

Durão Barroso convidou o secretário-geral da ONU a visitar Portugal, convite que foi aceite para um futuro próximo.

Talvez o assunto mais relevante para Portugal, nestas conversações, foi o pedido que Durão Barroso fez ao Secretário Geral para que a Organização não abandone Timor Leste depois de Maio de 2004, data em que está prevista a redução gradual dos efectivos da força multinacional.

Manifestando-se preocupado com

das comemorações do Dia de Portugal e das Comunidades.

Durante a refeição e falando para os convivas, dos mais influentes do Estado de NJ, afirmou que a crise que Portugal enfrenta «será ultrapassada» em 2004.

«Para o ano estaremos bem melhor que este ano e a crise, no essencial, será ultrapassada», afirmou.

Durão Barroso transmitiu aos portugueses e luso-americanos de Newark palavras de esperança sobre o futuro e disse estar «absolutamente optimista em relação à política» que o seu governo está a trilhar.

«Deixo-vos uma mensagem de estabilidade. O país está com confiança e há esperança no futuro», salientou, frisando que Portugal «vai sair da crise, nomeadamente da crise financeira».

O Primeiro Ministro fez questão de dedicar algumas palavras à relação entre Portugal e Estados Unidos da América e também ao recente conflito no Iraque, argumentando que entre uma democracia e um regime como o de Saddam Hussein, Portugal não podia ficar neutral, assim se justificando o seu apoio aos Estados Unidos da América.

As suas palavras foram de imediato seguidas de um fortíssimo aplauso dos portugueses e luso-americanos, que já antes tinham elogiado e manifestado concordância com a posição assumida pelo Governo português.



“...que não haja um abandono de Timor”

O terceiro dia da visita aos EUA foi dedicado a contactos privados, tendo seguido no Domingo para Newark, (New Jersey), onde existe uma forte e próspera comunidade migrante portuguesa, com a qual manteve contactos, participando num almoço no Sport Club Português e assistindo depois a uma parada que marcou o início

Depois da visita a Newark, o primeiro-ministro e comitiva seguiram para Otava, a capital do Canadá, onde termina, na segunda-feira, a visita oficial de Durão Barroso.

Na capital política do Canadá Durão Barroso reuniu-se na segunda-feira de manhã, com empresários e ainda com o

(continua na página a seguir)

Durão Barroso (Conclusão)

Conversações proveitosas com P.M. canadiano



Luso-americanos de Newark recebem Durão Barroso

▶▶▶▶ (continuação da página anterior)

seu homólogo canadiano, Jean Chrétien.

Em todos os seus contactos, o primeiro Ministro promoveu Portugal, concretizando a nova “Diplomacia Económica” preconizada pelo Governo.

Durão Barroso nos Açores – o 10 de Junho

No mesmo dia, à noite, Durão Barroso partiu para os Açores, onde assistiu, com o presidente Jorge Sampaio, às cerimónias comemorativas

do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Na terça-feira os 60.000 habitantes da ilha açoriana da Terceira foram os “convidados especiais” do Presidente da República, numa grande refeição comunitária em Angra do Heroísmo, integrada nas comemorações do Dia de Portugal.

O denominado banquete (“função”) do Espírito Santo, um dos mais tradicionais festejos açorianos, realizou-se no Bailão, antes da sessão solene do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

Na sessão solene, o Presidente da República formalizou as habituais

condecorações do Dia de Portugal a vinte individualidade, entre os quais, o futebolista açoreano Pauleta, o ex-presidente do Tribunal Constitucional, Cardoso da Costa, o ex-ministro da República, Sampaio da Nóvoa, a escritora Maria Velho da Costa e talvez o mais conhecido açoreano no universo dos velejadores internacionais, José Azevedo, mais conhecido pelo “Peter” proprietário do famoso

Jorge Sampaio, na ocasião, proferiu um discurso que foi considerado pelo Primeiro-Ministro, como “um recado para o País, de modernização, exigência e reformismo”. Foi uma mensagem para “todos nós”, acrescentou Durão Barroso, que à tarde recebeu o chefe do Executivo açoriano, Carlos César, com quem debateu questões pendentes nas relações Açores-Lisboa.



Durão Barroso com P.M. Canadiano

“Café Sport”, da Horta. Será também condecorado a título póstumo, o dirigente comunista recentemente falecido João Amaral.

O habitual encontro semanal do Primeiro Ministro com o Presidente realizou-se hoje em Angra do Heroísmo.

Recuperação da nacionalidade

O Governo vai apresentar ao Parlamento uma proposta de lei para tornar mais rápido e gratuito o processo de recuperação da nacionalidade portuguesa dos emigrantes que no passado a perderam, anunciou o Primeiro-Ministro durante o almoço com a comunidade portuguesa de Newark, Nova Jérсия, no âmbito da sua visita oficial Estados Unidos.

“Vamos tomar medidas para tornar o processo mais simples, rápido e gratuito para reforçar a ligação dos luso-americanos a Portugal”, disse o chefe do Governo.

Alguns imigrantes perderam a nacionalidade portuguesa quando decidiram adquirir a nacionalidade do país que os recebeu. O processo de recuperação da nacionalidade portuguesa é neste momento, como confirmou Durão Barroso, “longo e caro”.

É essa situação que vai ser brevemente corrigida.

Blindados ligeiros utilizados pelo exército vão equipar a GNR no Iraque

O ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, solicitou ao Ministério da Defesa o apoio necessário para equipar os 120 elementos da GNR que deverão partir em Julho para o Iraque.

O ministro conversou com o comandante-geral da GNR na terça-feira, fez o ponto da situação em relação ao aprontamento das forças e acordaram que a GNR teria que pedir ao Exército o fornecimento de viaturas e de equipamentos NBQ (protecção contra ameaças nucleares, biológicas e químicas).

As viaturas que deverão ser utilizadas são as M11, viaturas de reconhecimento que habitualmente são utilizadas pelas unidades de cavalaria do Exército. Foram compradas para a missão do Kosovo e transportam cerca de três a quatro pessoas. Actualmente, existem cerca de 30 unidades.

Trata-se de blindados ligeiros, de grande mobilidade e versatilidade. Um dos problemas que terão de ser resolvidos é o da manutenção destas viaturas, no terreno.

Voluntariaram para serviço no Iraque quase o triplo dos efectivos necessários voluntários e já estão

seleccionados os 120 necessários. A GNR já enviou a Itália um oficial de ligação, pois a força portuguesa vai ficar integrada numa brigada italiana. Os italianos, por seu lado, já deslocaram elementos para o Iraque para fazer o reconhecimento do teatro de operações, avaliando o grau de ameaça e a existência de infra-estruturas que possam ser utilizadas. A força portuguesa vai patrulhar a cidade de Umm Qasr, no Sul do país.

O treino dos elementos da GNR começou na passada segunda-feira e a partida deve ser em fins de Julho.

O custo desta missão situa-se nos oito milhões de euros. O Governo equacionou enviar elementos da GNR, da PSP e também militares para o Iraque. Um dos problemas para o envio de militares era a oposição do Presidente da República, que só aceitava a ida de militares no caso de haver mandato de uma organização internacional, como a ONU, NATO ou a União Europeia.

É a primeira vez que Portugal envia elementos da GNR na fase inicial de uma missão de estabilização.

Reunião periódica da Internacional Democrata do Centro realizou-se no CCB, em Lisboa

Presentes, Barroso, Aznar, Martens e Dzurinda

No seguimento de um convite formulado por José Manuel Durão Barroso, na sua qualidade de Presidente do PSD, realizou-se no passado dia 4 em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, a reunião periódica da Internacional Democrata do Centro (IDC), que engloba mais de 100 forças políticas que adoptam posições ideológicas afins às do PSD, provenientes de 73 países da Europa, América, Ásia e África.

Entre os mais destacados visitantes contava-se o presidente em exercício da organização, José Maria Aznar, do presidente do Partido Popular Europeu, Wilfried Martens, e do primeiro-ministro da Eslováquia, Míkulas Dzurinda, entre outros.

Durão Barroso que é vice-presidente da IDC, foi o anfitrião do almoço de trabalho, que se realizou no intervalo dos trabalhos, tendo o encontro terminado com uma conferência de Imprensa conjunta, com o presidente do PSD, Durão Barroso, e o presidente da IDC, José Maria Aznar.

Admissão de países islâmicos, na sessão do Comité Executivo

Nesta reunião, houve também a possibilidade de realizar uma sessão do Comité Executivo da organização, a primeira em Portugal que consagrou a adesão à IDC de cinco novos partidos, que passam a comungar dos valores comuns desta importante família política do centro-direita.



Durão Barroso, Vítor Cruz, líder do PSD dos Açores e José Maria Aznar

Durão Barroso, diria que este encontro que serviu, acima de tudo, para reforçar laços com os países islâmicos, condenar o terrorismo global, apoiar os esforços internacionais na resolução do problema do Médio Oriente e apelar ao incremento e aprofundamento das relações transatlânticas.

O Comité Executivo, ao fim de cinco horas de trabalho, anunciou através do Presidente Aznar que era definitiva a decisão de acolhimento na IDC de partidos islâmicos de cariz democrático. Dois partidos políticos (da Mauritânia e de Marrocos) pertencem agora ao grupo da IDC, a que se vieram associar, também, forças da Eslováquia, Cabo Verde e Camboja.

Na conferência de Imprensa, José Maria Aznar adiantou, referindo-se às relações externas, que esta reunião debateu a resposta a dar no plano diplomático, relativamente aos estados que violam os princípios democráticos. “O nosso desejo é contribuir para a universalização da democracia”, declarou o presidente da IDC.

Os representantes da IDC aprovaram nesse sentido duas resoluções: uma que exige ao regime cubano que “cesse os actos de violência, repressão e terror e



O Comité Executivo, pouco antes de dar início à sessão

respeite as liberdades fundamentais e os direitos humanos” e outra que apela ao fim dos atropelos e da violação de direitos pelas autoridades da Birmânia, em particular a privação da liberdade a Prémio Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi. A IDC exortou ainda o Governo húngaro a “realizar esforços para garantir o respeito dos direitos civis e políticos”.

Para o Primeiro-Ministro espanhol, o terrorismo e as armas de destruição maciça constituem fortes ameaças à segurança internacional. O chefe do executivo de Espanha declarou estar atento à situação do Médio Oriente e do terrorismo global. José Maria Aznar condenou, a esse propósito, os mais recentes atentados ocorridos na Arábia Saudita, Marrocos, Espanha e Colômbia. Aznar lembrou ainda a questão do fortalecimento do vínculo transatlântico como meio para promover as condições que garantam um Mundo em Paz.

Durão Barroso defende uma “Ordem baseada na Justiça”

Por seu lado, o presidente do PSD, Durão Barroso, sublinhou o papel da Internacional Democrata do Centro na promoção de “uma ordem baseada na Justiça”.

“A nossa ideia é criar uma família que partilhe os mesmos valores, que são os valores da liberdade e da justiça, independentemente dos países terem ou não maioria cristã”, disse Durão Barroso, marcando o carácter não-sectário da IDC e congratulando-se com a adesão de partidos islâmicos, o que vem contribuir para dissipar ideia de o combate ao terrorismo é uma luta civilizacional. “O problema não é o com o Islão. Pode-se e deve-se respeitar uma identidade islâmica e as suas tradições, que seja regida por um regime moderno e democrático. Eu não acredito que não seja possível a democracia nos países islâmicos. (...) Eu acho que nenhum homem ou nenhuma mulher quer ser escravo podendo ser livre”, disse.

A título bilateral, Durão Barroso manifestou a “solidariedade de Portugal na luta que Espanha tem travado contra o terrorismo” e o excelente relacionamento entre os dois estados em todos os domínios.

Numa era em que a globalização assume uma dimensão única na história, o presidente do PSD considerou esta reunião “bastante produtiva”.

Com a adesão de partidos islâmicos agora formalizada, a Internacional Democrática do Centro

passa a incluir cerca de uma centena de partidos de oito dezenas de países.

À margem da reunião

À margem da reunião, mas durante a conferência de Imprensa, foi abordada a proposta feita na CE, na semana passada, de acesso de embarcações espanholas a águas e recursos portugueses. É óbvio que esta proposta não é exequível sem acordo português, mas



Aznar e Durão Barroso, parceiros próximos na IDC e ligados por forte amizade pessoal

a notícia deixou o primeiro-ministro português preocupado.

Durão Barroso reconheceria que, sobre este assunto, Portugal e Espanha não chegaram a acordo.

Portugal e Espanha têm «hoje uma excelente relação em todos os domínios», salientou, o que não significa a existência de «interesses contraditórios».

«O que devemos fazer [nestas situações] é encontrar uma solução razoável como tem vindo a acontecer. Penso que esta é a atitude correcta que tem havido entre o Governo de Espanha e Portugal. Não é de pretender que não existem às vezes interesses contraditórios, pois eles existem, mas quando isso acontece, devemos enfrentar o problema e tentar encontrar uma solução no quadro bilateral ou no quadro comunitário», realçou.

Ministério do Ambiente

Relacionamento

entre sectores público e privado nas águas

Respondendo às exigências de Bruxelas e da Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente (AEPESA), o Governo, através de um diploma dimanado do Ministério do Ambiente, vem clarificar o papel do sector público no negócio das águas e definir as regras de relacionamento com os privados.

Ao explicitar o objectivo dos sistemas multimunicipais, o decreto-lei vem dar resposta positiva às preocupações dos privados que, há dois anos, abriram um contencioso em Bruxelas, em que os empresários privados se queixavam de concorrência menos leal por parte das empresas detidas maioritariamente pelo Estado, nos concursos de concessão dos sistemas de distribuição de água às populações.

A queixa, entretanto, foi já retirada e arquivada mas enquanto o assunto não foi resolvido desta forma, levou à retenção (preventiva) de fundos comunitários no valor de 170 milhões de euros.

O diploma em questão é considerado pela associação dos interesses privados ligados à água (AEPESA), como “um passo positivo”, embora não deixem de o Governo autorizar a participação dos sistemas multimunicipais, com capital maioritário do Estado, nos concursos de concessão de abastecimento de água.

Parece estarmos ante um caso de excesso de preocupações, pois o diploma refere especificamente que «o objecto essencial» das entidades públicas é a gestão e exploração dos sistemas multimunicipais. A associação gostaria de ver “essencial” substituído por “único”, mas isso seria uma limitação intolerável a um grau de liberdade de movimentos do Estado. Que deve ser salvaguardada ante uma eventual situação de excepção.

A “AEPESA” aguarda o agendamento de um encontro com o titular da pasta do Ambiente, Amílcar Theias, para receber esclarecimentos adicionais sobre as suas intenções para o sector.

Um dos esclarecimentos que o diploma faz responde directamente às dúvidas colocadas por Bruxelas em relação à participação da Aquapor – empresa do grupo Águas de Portugal e com uma participação de 20% do BPI – nos concursos de concessão dos sistemas municipais. Assim, o diploma explicita que a participação de entidades privadas em posição minoritária no capital social de entidades gestoras «será precedida de procedimentos compatíveis com os princípios gerais do direito comunitário».

Esforço de investimento nas zonas balneares

Foram conhecidas, na semana anterior à abertura oficial da época balnear, as classificações de “Bandeira Azul” e relatórios sobre o estado geral das praias portuguesas.

Os resultados são francamente lisonjeiros para Portugal e o ministro do Ambiente atribuiu a elevada classificação obtida no relatório da Comissão Europeia, sobre a qualidade das zonas balneares, ao “grande esforço de investimento” realizado.

O relatório anual da Comissão Europeia, divulgado na semana passada, refere que a qualidade das águas das zonas balneares do litoral português sofreu uma “melhoria nítida”, com 98,7% das praias analisadas a cumprir os valores obrigatórios de qualidade.

Amílcar Theias mostrou-se “bastante satisfeito” com o relatório, por este ser “bastante positivo” para Portugal e pelo facto de se terem batido todos os anteriores números de concessão de bandeiras azuis. – **Fonte, Lusa.**



Mensagem de Bush às comunidades portuguesas

George W. Bush enviou domingo uma mensagem escrita às comunidades portuguesas radicadas nos Estados Unidos, na qual evoca a obra de Camões e elogia a estreita relação de amizade que liga os americanos aos portugueses.

“Nós olhamos para o futuro com a certeza de que continuará a amizade e cooperação entre estas duas grandes Nações”, escreve George W. Bush.

A mensagem do presidente norte-americano foi recebida pelas comunidades portuguesas no mesmo dia em que o primeiro-ministro português chegou a Newark, onde existe uma forte presença portuguesa (cerca de 150 mil emigrantes).

Na mensagem, George W. Bush enaltece a “rica herança” deixada pelos portugueses no mundo e evoca a memória e o nome do poeta Luís Vaz de Camões.

Bush dirige ainda um elogio à comunidade portuguesa, que “durante gerações fortaleceu” os Estados Unidos “através das suas conquistas em tecnologia, ciência e arte”, e dedica algumas palavras ao apoio que o governo português manifestou no caso do Iraque.



MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Maia, para uma assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 11 de Julho de 2003, pelas 21h00, na sede concelhia, sita à Rua Eng. Duarte Pacheco, n.º987, Vermoim-Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

NÚCLEO DE S. JOÃO (OVAR)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de S. João, para uma reunião extraordinária, a realizar no próximo dia 11 de Julho de 2003 (sexta-feira), em sistema de urna aberta entre as 21h00 e as 23h00, na sede concelhia do PSD, na cidade de Ovar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Órgãos do Núcleo.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia do PSD, para reunir em Sessão Plenária no dia 20 de Junho de 2003, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

SECÇÃO DE VOUZELA (DISTRITAL DE VISEU)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Vouzela, para uma reunião a realizar no dia 19 de Julho de 2003, pelas 20h00, na sede Concelhia do PSD, sita na Praça da República, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção de Vouzela.

Notas: As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00. As listas candidatas deverão ser entregues até ao 3º dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital do PSD de Viseu, estando a sede aberta neste dia das 14h30 às 19h00.



CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do REODL (Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais), convoco o Conselho Distrital da JSD/Lisboa, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2003 (Sexta-feira), pelas 20h30, no Auditório da Sede Nacional do PSD, em Lisboa, sita na Rua de São Caetano à Lapa, n.º 9 Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apresentação e votação do Relatório de Actividades da CDPL;
- 3- Apresentação e votação do Relatório de Contas da CPDL;
- 4- Balanço do Mandato da Comissão Política Distrital de Lisboa da JSD.

CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD (EN/JSD) e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais (REODL), convoco o Conselho Distrital de Lisboa da JSD para o dia 21 de Junho de 2003, pelas 21h00, no Auditório da Sede Nacional do PSD, em Lisboa, sita na Rua de São Caetano à Lapa, n.º 9 Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Comissão Política Distrital de Lisboa da JSD.
- NOTA:
- * As listas devem ser constituídas pelo número de candidatos efectivos e suplentes previstos estatutariamente, e um mínimo de 5% de subscritores, devidamente acompanhados pelos respectivos termos de aceitação e subscrição respectivamente;

* As listas devem ser entregues até à meia noite do dia anterior, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital da JSD Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º209 Lisboa;

* As urnas estarão abertas por um período de 2 Horas.

IDANHA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco, para reunião a ter lugar no próximo dia 14 de Junho de 2003, pelas 14h00, na Sede Concelhia da JSD de Idanha-a-Nova, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição para a Mesa de Plenário Concelhio.
- 2- Eleição para a Comissão Política de Secção.
- 3- Eleição dos Conselheiros

Distritais.

NOTA:

a) As urnas estarão abertas das 14H30 às 15H30.

b) As listas serão entregues até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral.

VILA NOVA de GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção, para reunir no próximo dia 28 de Junho de 2003, pelas 21h30, na Sede de Secção do PSD de V. N. Gaia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro 1323, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único:

- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital.

NOTA:

As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24horas do dia anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir, na Sede do PSD de V. N. Gaia.

As urnas estarão abertas das 21h30 até às 24horas.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da JSD/Matosinhos, para reunir no próximo dia 28 de Junho de 2003 (Sábado), pelas 16h00, na Sede do PSD, na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, em Matosinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário da JSD/Matosinhos;
- 2- Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD/Matosinhos;
- 3- Eleição dos Conselheiros Distritais da JSD/Matosinhos.

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24horas do dia 27 de Junho na Sede do PSD de Matosinhos.

As urnas funcionará das 16h00 às 19horas.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário de Secção Concelhia da JSD de Pombal, para reunir no próximo dia 21 de Junho de 2003 (Sábado), pelas 17h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Luís Torres, lote 4 – 2.º, em Pombal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Leitura, discussão e votação da acta da reunião anterior;
- 2- Prestação de informações da Comissão Política de Secção ao Plenário;
- 3- Apresentação, discussão e votação de proposta do Relatório de Actividades e Contas da CPS, relativo ao mandato 2002/2003;
- 4- Eleição da Comissão Política Secção, da Mesa do Plenário de Secção e dos Delegados da Secção ao Conselho Distrital de Leiria;
- 5- Outros assuntos.

NOTA:

As listas candidatas aos actos

eleitorais constantes na presente convocatória, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral. As listas candidatas deverão ser apresentadas na Sede até às 24horas do dia anterior ao da realização do Plenário Eleitoral. As urnas estarão abertas até às 20h00.

Contactos: 91-845 94 05, 91- 966 85 92 jds.pombal@netcabo.pt

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Vila Real para reunir no próximo dia 29 de Junho de 2003 (Domingo), pelas 14h30 na Sede Distrital, sita na Rua da Boavista, n.º 11, em Vila Real, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital ;
- 3- Eleição da Comissão Política Distrital;
- 4- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- 5- Outros assuntos.

NOTA:

1- As listas candidatas deverão dar entrada até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral na Sede Distrital da JSD/PSD – Vila Real, sita na Rua da Boavista, n.º 11, em Vila Real, entregues ao Presidente da Mesa ou a alguém que o represente, desde que membro da Mesa da Assembleia Distrital.

2- O acto eleitoral decorrerá das 15h00 até às 17h30.

3- Se à hora marcada o número de militantes não for suficiente para que a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

NÚCLEO da SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se todos os militantes da JSD, inscritos na Freguesia da Serra, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2003 (Sexta-feira), pelas 20h00 na Sede Provisória do Núcleo da Serra da JSD, sita no Largo da Eira – Chão das Maias – 2300 Serra, em Tomar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo da Serra e da Comissão Política do Núcleo Residencial dos Casais.

NOTA:

1. As listas deverão ser entregues em duplicado, da Mesa do Plenário da Secção de Tomar da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do dia 12 de Junho de 2003, na sede do PSD, sita na Rua da Fábrica de Fiação, n.º 57 – A, em Tomar;

2. As listas deverão ser propostas por quaisquer 20 militantes ou por 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

3. As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação subscritas pelos candidatos;

4. As urnas estarão abertas no período compreendido entre as 20h30 e as 21h30.

Processo n.º 04/2003

Em 01.02.2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de parecer apresentado pela Secretária Geral da JSD, a companheira Ana Zita Gomes.

Reunido em Coimbra, no dia 31 de Maio de 2003, em sessão plenária ordinária, onde estiveram presentes os membros Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Altino Freitas, Paulo Cutileiro e Bernardo Azevedo, deliberou, por unanimidade, o CJN/JSD, nos termos do disposto nos arts. 62º, alínea e), dos EN/JSD e dos arts. 3º, n.º 1, alínea e) e 4º, n.º 1, alínea c), ambos do Regulamento Interno do CJN, emitir o seguinte parecer:

PARECER 01/2003

I. DOS FACTOS

Incide o pedido em análise na questão de saber qual a data que deverá constar nas listagens de militantes com idade inferior a 18 anos.

Deverá ser a data em que foi entregue a ficha de admissão a militante?

Deverá ser a data do Parecer da respectiva CPS/JSD ou em caso de necessidade da CPD/JSD?

Ou deverá, por último, ser a data de inscrição definitiva nos ficheiros nacionais da JSD, ultrapassados que foram todos os trâmites processuais exigidos pelos EN/JSD?

II. DO DIREITO

Por militante da Juventude Social Democrata entendem-se todos os militantes com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos, sendo que para os militantes com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos são exigidos requisitos próprios, também eles previstos no art.12º, n.º2 e segs.

A partir desta premissa concluímos que, e em conformidade com o art.22º, n.º1, dos EN/JSD a capacidade eleitoral activa e passiva de um militante da JSD requer uma antiguidade estatutariamente determinada. Tal afirmação deriva do plasmado no n.º1, do supra referido art.22º, onde se poderá ler que *“Só podem ser eleitos, para titulares de órgãos nacionais, distritais e locais da JSD, os militantes com antiguidade superior, respectivamente, a um ano, seis meses e três meses”*.

Assente este ponto, cumpre-nos, agora, determinar qual será então a data que deverá constar nos ficheiros nacionais da JSD, como a data de admissão de um militante a esta estrutura partidária.

De acordo com o art.12º, n.º1, 2ª parte, dos EN/JSD *“...a inscrição dos militantes com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos é regulada nos termos dos números seguintes”*.

Por sua vez os n.ºs3, 4, 5 e 6 do supra mencionado art.12º, enumeram todos os trâmites estatutariamente exigidos à inscrição como militante da Juventude Social Democrata.

Concretizando, o n.º3 do art.12º remete para a Comissão Política de Secção em questão a aceitação, ou não, do pedido de admissão apresentado pelo candidato.

Nas situações de indeferimento do pedido por parte da CPS, tem o candidato a faculdade conferida pelo n.º4 do art.12º, de interpor recurso da decisão para a Comissão Política Distrital respectiva.

Esta possibilidade é ainda alargada à hipótese da CPS/JSD, competente para o efeito não se pronunciar no prazo de 30 dias sobre a

candidatura apresentada. Também nesta situação o candidato pode livremente apresentar o mesmo pedido de admissão à CPD/JSD da área de militância pretendida (art.12º, n.º5, dos EN/JSD).

Por último, e na eventualidade da CPD/JSD não se pronunciar, entendem os Estatutos Nacionais que o seu silêncio corresponderá a um deferimento tácito, considerando-se o até aqui candidato, militante efectivo da Juventude Social Democrata (art.12º, n.º6, dos EN/JSD).

Finalmente o art.13º, n.º1 dos EN/JSD, diz-nos que *“qualquer militante será considerado para efeitos eleitorais, referendo interno, rateio de delegados ao Congresso Nacional ou de determinação do número de representantes das circunscrições a que pertence a partir do momento em que a sua inscrição constar dos ficheiros nacionais da JSD”*.

III. Conclusão

Analisados os pressupostos legais que regulam a problemática ora em análise, e tendo em consideração o facto de se tratar de uma matéria de competência exclusiva dos EN/JSD, entendeu este CJN/JSD fazer a seguinte interpretação das normas supra explanadas.

Todos os candidatos a militantes da Juventude Social Democrata com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, ficam sujeitos a um processo de admissão especialmente regulado nos EN.

Pese embora se trate de um processo de admissão demasiado moroso e burocrático, devido em grande parte à intervenção por mais de uma vez da estrutura residencial quer a nível concelhio quer a nível distrital, susceptível, em determinadas situações, de dissuadir o candidato de se filiar, entende no entanto o CJN/JSD que o actual art.12º dos EN não abre espaço a qualquer interpretação discricionária sobre esta matéria.

É interpretação deste Conselho de Jurisdição que todos os passos enunciados no art.12º, constituem requisitos obrigatórios e procedimentos não ultrapassáveis no tempo para a inscrição como militante da JSD.

Assim sendo, e concluindo entende o CJN/JSD, que o processo de admissão a militante só terminará aquando da sua inscrição definitiva nos Registos Centrais da JSD.

Finalmente é parecer do CJN/JSD que a **data que deverá constar nas listagens dos militantes da JSD entre os 14 e os 18 anos, deverá ser a data da inscrição definitiva nos registos centrais e não qualquer outra obtida no decorrer do processo de candidatura.**

Os vários requisitos previstos no art.12º dos EN/JSD deverão ser interpretados como parte de um procedimento único de admissão à JSD e não em alternativa. Daí a data da efectiva filiação ser a data da inscrição no registo e não outra.

Apenas uma última nota para aconselhar e sugerir a todos os intervenientes neste Processo, a maior celeridade possível na execução do mesmo, em prol dos princípios internos da JSD e do direito que todo o cidadão tem quando pretende tornar-se militante desta estrutura partidária juvenil.

Notifique-se a requerente.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Coimbra, 31 de Junho de 2003

A Presidente do CJN/JSD

(Filipa Guadalupe)

Processo n.º 05/2003

Em 01.02.2003, o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD recebeu um pedido de parecer apresentado pela Secretária Geral da JSD, a companheira Ana Zita Gomes.

O pedido de parecer incide sobre a conformidade com os Estatutos Nacionais da tramitação que os Serviços Centrais da JSD pretendem passar a efectuar em relação aos pedidos de admissão de militantes menores de 18 anos que entram directamente na sede nacional da JSD.

Reunido em Lisboa, no dia 1 de Abril de 2003, em sessão plenária ordinária, onde estiveram presentes os membros Filipa Guadalupe, Pedro Amaral e Almeida, Sara Santos Silva, Bernardo Azevedo e Altino de Freitas deliberou, por unanimidade, o CJN/JSD, nos termos do disposto nos arts. 62º, alínea e), dos EN/JSD e dos arts. 3º, n.º 1, alínea e) e 4º, n.º 1, alínea c), ambos do Regulamento Interno do CJN, emitir o seguinte parecer:

PARECER 02/2003

Concorda-se com a requerente quando esta afirma que os trâmites estabelecidos no art. 12º dos Estatutos Nacionais da JSD podem dissuadir um candidato de prosseguir com a sua intenção de militar na JSD.

Com efeito, perante a falta de resposta da Comissão Política de Secção sobre um pedido de admissão só um candidato a militante que esteja suficientemente esclarecido é que saberá que essa omissão poderá ser suprida mediante a apresentação do seu pedido de admissão junto da respectiva Comissão Política Distrital.

A tramitação proposta pela requerente visa efectivamente agilizar o processo de admissão dos militantes cujos pedidos entram directamente pela sede nacional da JSD uma vez que os serviços centrais passarão a substituir-se ao candidato na condução do processo burocrático em caso de omissão de pronúncia por parte dos órgãos locais e distritais.

Dir-se-á que a tramitação proposta beneficia os candidatos a militantes cujos pedidos entram directamente pela sede nacional da JSD em detrimento dos candidatos cujos pedidos entram directamente por uma secção. Sem dúvida que existirá esse benefício. Mas trata-se, em primeira instância, de um benefício para a própria estrutura da JSD a qual só tem a ganhar com a adopção de mecanismos que, no respeito dos princípios e regras estatutários, permitam flexibilizar e dar celeridade ao maior número possível de pedidos de adesão de novos militantes.

A tramitação proposta pela requerente adequa-se à tramitação prevista no art. 12º dos Estatutos Nacionais da JSD dado que são observados os poderes de decisão que cabem aos órgãos locais e distritais em matéria de inscrição dos candidatos a militantes menores de 18 anos.

Entende-se, todavia, fazer uma correcção e um aditamento à tramitação proposta pela requerente.

Assim, perante a falta de decisão da Comissão Política de Secção, os Serviços Centrais deverão apresentar o pedido de admissão junto da Comissão Política Distrital e, no caso de falta de decisão desta, deverão igualmente confirmar o correcto cumprimento dos trâmites preceituados nos Estatutos. A previsão deste carácter de obrigatoriedade na actuação dos Serviços Centrais

visa garantir que todos os pedidos de admissão tenham idêntico tratamento.

Por outro lado, em nome dos princípios da informação, da transparência e da responsabilização dos órgãos, os pedidos feitos às Comissões Políticas de Secção e Comissões Políticas Distritais deverão ser acompanhados da informação sobre as consequências da falta de decisão por parte destes órgãos.

Em face do exposto, considera-se conforme aos Estatutos Nacionais da JSD a seguinte tramitação relativa aos pedidos de admissão de militantes menores de 18 anos que entram directamente na sede nacional da JSD:

1. Os Serviços Centrais deverão remeter à Comissão Política de Secção cópia do pedido de admissão, solicitando-lhe o respectivo parecer e informando-a que em caso de falta de resposta no prazo de trinta dias, o pedido será apresentado junto da respectiva Comissão Política Distrital.

2. Na falta de decisão da Comissão Política de Secção no prazo de trinta dias, deverão os Serviços Centrais da Sede Nacional apresentar o pedido de admissão junto da respectiva Comissão Política Distrital, para decisão, sendo esta informada que em caso de falta de resposta no prazo de quinze dias, o pedido se considera tacitamente deferido.

3. Na falta de decisão da Comissão Política Distrital no prazo de quinze dias, o pedido de inscrição considera-se tacitamente deferido, devendo os Serviços Centrais confirmar o correcto cumprimento dos trâmites preceituados no artigo 12º dos Estatutos Nacionais da JSD.

Notifique-se a requerente.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Lisboa, 1 de Abril de 2003

A Presidente do CJN/JSD

(Filipa Guadalupe)

PARECER DO CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL SOBRE A ELEIÇÃO DOS DELEGADOS DA JSD AO PPD/PSD DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

PARECER N.º 03/03

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Castelo Branco, Gilberto Alves Martins, apresentou um pedido de parecer do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN), registado na Secretaria Geral da JSD sob o n.º 445, de 8 de Abril de 2003.

Analisado o referido pedido, há que emitir parecer nos termos conjugados das alíneas e) do art.º 62º dos Estatutos Nacionais da JSD (ENJSD) e do art.º 3º do Regulamento Interno do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) da JSD, relativamente à questão suscitada.

A elaboração do projecto de parecer foi

atribuída ao Vogal do CJN Altino Sousa Freitas.

Desta forma, reunidos às quinze horas, no dia 31 de Maio de 2003, na sede distrital de Coimbra do PSD, os membros do CJN presentes (a saber: Filipa Guadalupe, Paulo Cutileiro, Pedro Amaral e Almeida, Altino Freitas e Bernardo Azevedo) acordaram, por unanimidade, o seguinte:

I – DOS FACTOS

1. No pretérito dia 30 de Março de 2003, realizaram-se eleições para os delegados da JSD do Distrito de Castelo Branco à Assembleia Distrital do PSD, tendo sido apresentadas duas listas (Lista A e Lista B);

2. Na contagem dos votos, segundo o método de Hondt, verificou-se um **empate** entre as duas listas relativamente à eleição do 27.º delegado e último a ser atribuído, uma vez que a Lista A obteve 18 votos enquanto a Lista B 10 votos;

3. A Lista A tinha obtido 17 delegados e a Lista B apenas 9 delegados;

4. Questão: **A que lista deve ser atribuído o 27.º delegado e último a ser eleito?**

II – Do Direito

1. Dispõe o n.º 1 do art.º 23 dos Estatutos Nacionais da JSD (ENJSD), sob a epígrafe “Processo Eleitoral e Requisitos de Candidatura” que “Os processos eleitorais regulam-se de acordo com os presentes Estatutos Nacionais e de acordo com o Regulamento aprovado pelo Conselho Nacional.”

O n.º 3 da mesma disposição prevê que “As eleições, para os órgãos tipo Assembleia e para os Conselhos de Jurisdição, deverão ser efectuadas por lista fechada, sistema proporcional e método de Hondt e as restantes por sistema maioritariamente simples.”

E nada mais é especificado sobre o modo de aplicação do método adoptado.

2. Desconhece-se se o Regulamento do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco faz alguma referência à questão em análise, uma vez que, apesar de solicitado, o mesmo não nos foi facultado até à presente data.

3. Desta forma, relativamente ao modo de aplicação do método de Hondt, temos necessariamente de recorrer às regras do art.º 107 dos ENJSD, para a integração de lacunas e resolução de dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma regulamentar ou estatutária.

Prevê a enunciada disposição o recurso, “(...) em primeiro lugar, à analogia das disposições dos ENJSD, em segundo lugar aos do PSD e em terceiro lugar ao subsídio da lei geral.”

4. Reconhecendo que o recurso à analogia não oferece solução para a questão *sub judice*, nem os Estatutos do PSD (art.º 67.º), que ficam por uma redacção idêntica ao n.º 3 do art.º 23 dos ENJSD, somos forçados a recorrer à lei geral.

A Constituição da República Portuguesa de 1976, com base na necessidade de reconhecimento do pluralismo partidário pós 25 de Abril, consagrou o sistema eleitoral de representação proporcional, e no que concerne às eleições para a Assembleia da República, na modalidade da média mais alta de Hondt (art.º 155).

Dentro do sistema de representação

proporcional existem diversos sistemas de apuramento dos votos, dos quais se realça, a par do supra referido sistema de Hondt adoptado, o “método de Hagenbach-Bischoff” na Grécia e no Luxemburgo, o “método de Niermeyer” na Alemanha e o “método de Dainte-Laguë” utilizado na Dinamarca.

O art.º 16 da Lei Eleitoral para a Assembleia da República prevê que “a conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional de Hondt, obedecendo às seguintes regras: (...) b) O número de votos apurados por cada lista é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, etc., sendo os quocientes alinhados pela ordem decrescente da sua grandeza numa série de tantos quantos os mandatos atribuídos ao círculo eleitoral respectivo; (...) d) **No caso de restar um só mandato para distribuir e de os termos seguintes da série serem iguais e de listas diferentes, o mandato cabe à lista que tiver obtido menor número de votos.**” (o sublinhado é nosso).

A regra da alínea d) constitui assim um desvio ao método de Hondt puro, o qual mandaria atribuir o mandato à lista com maior número de votos. Desta forma, estamos perante o que, Maria de Fátima Abrantes Mendes e Jorge Miguéis, designam por: um “**método corrigido**” (Cfr. Lei Eleitoral da Assembleia da República, 3.ª reedição, 2002, pág. 34).

Não obstante, tem sido entendido que a regra da alínea d) apenas tem aplicação “se os termos da série forem matematicamente iguais, senão releva a contagem das casas decimais (por exemplo 3000 e 3000,25), atribuindo-se o mandato em função das mesmas” (Cfr. obra citada).

Nesse sentido pronunciou-se o Tribunal Constitucional (T.C.) no Acórdão n.º 15/90, publicado na II Série do Diário da República (DR) de 29/06/90, no âmbito de uma situação de empate nas eleições para os órgãos das autarquias locais, realizadas a 17 de dezembro de 1989: “O recurso às décimas é o único meio idóneo para exprimir em mandatos os votos expressos, configurando-se assim como a expressão democrática que o processo eleitoral deve assumir. A proporcionalidade não pressupõe nem impõe barreiras mas estabelece um jogo, ou um conjunto de regras, que importa aceitar até às últimas consequências. O recurso às casas decimais constitui o aproveitamento máximo do sistema e tem a certeza dos apuramentos matemáticos, constituindo a via mais objectiva que traduz a expressão quantitativa da vontade do eleitorado”.

III – CONCLUSÃO

Pelo vertido nos pontos anteriores, e nos termos da alínea d) do art.º 16 da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, aplicável ao caso em apreço, entende este Conselho de Jurisdição, que **o último delegado da JSD do Distrito de Castelo Branco a ser eleito à Assembleia Distrital do PSD deve ser o da lista que obteve menor número de votos – Lista B.**

Notifique-se o requerente.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Coimbra, 31 de Maio de 2003

A Presidente do CJN/JSD

(Filipa Guadalupe)



a entrega dos prémios



os preparativos Ministeriais



3º Lugar para Beja



os adversários confraternizam



1º Lugar para o PSD local



2º Lugar para Braga



o discurso dos campeões



Morais Sarmento automobilista



três dos elementos da equipa da CPN

Cá estamos nesta que é a 20ª edição da JSD no jornal Povo Livre, e que volta a contar com duas páginas. A semana que passou foi animada e repleta de actividades, pelo que muitas delas terão o devido tratamento no próximo número deste semanário, como é o caso das deslocações do Presidente da JSD, Jorge Nuno Sá a Viseu, Alcobaça e à Área Oeste.

As presentes notícias reportam-se à última reunião da Comissão Política Nacional, à homenagem que antigos militantes da JSD/Aveiro foram alvo no seu distrito e ao I Torneio de Karts da JSD/Évora.

Finalizando estas palavras introdutórias, o Gabinete de Informação da JSD relembra que as vossas notícias e fotos podem ser remetidas para paucoloco@jsd.pt

O nosso desafio

Muitas vezes dou comigo a perguntar qual o desafio que se coloca a uma estrutura como a nossa quando alcançamos o poder na maioria das câmaras municipais e governo.

Penso que passa por aproveitar ao máximo o potencial das oportunidades que surgem com esta realidade.

É muito importante conseguir saber inovar e ter criatividade a marcar a forma de fazer política. É isto que se pede a uma organização jovem, designadamente, no que diz respeito à apresentação e divulgação de propostas. A estrutura deve igualmente empenhar-se em explicar aos jovens as medidas que vão sendo tomadas contribuindo para um correcto entendimento das mesmas por parte dos cidadãos.

Só assim é possível divulgar de uma forma eficaz as ideias e propostas da JSD, cumprindo com o nosso projecto político.

A JSD é para mim como a "Universidade do partido" e deve nesta fase aproveitar o imenso número de quadros jovens que dispõe com efectiva prática no poder para assim trocar experiências e crescer o mais próximo possível da realidade.

Devemos ter uma atenção particular para com a formação, e como responsável do JASD, este é um capítulo de primeira linha. A realização de acções de formação devem apostar sobretudo em simulações práticas. A este nível, a troca de experiências surge também como uma "ferramenta" indispensável de aquisição de conhecimentos e penso que o primeiro encontro nacional de vereadores da JSD muito vai ajudar neste campo. Paralelamente, estamos já a trabalhar na elaboração de um guião que permita que em cada concelho a JSD apresente o seu projecto político, bem como na estratégia de uma "campanha" autárquica com exemplos práticos de sucessos e insucessos do passado recente.

O nosso maior desafio é sem dúvida aproveitar esta conjuntura para nos reformularmos internamente, através de uma ampla reforma estatutária. Só conseguiremos ser melhor "Universidade" se criarmos as melhores e mais justas regras, devemo-nos refrescar para que no futuro seja o partido e a sociedade a ganhar com esta reforma. Estamos já no século XXI; temos que liderar este desafio sob pena de mais nenhum fazer sentido se a este houver a tentação de faltar.

Paulo Cavaleiro
Director do JASD

CPN reuniu em Lisboa

A sede nacional da JSD, em Lisboa, foi o palco da mais recente reunião da Comissão Política Nacional, que teve lugar no passado dia 5 de Junho.

O Presidente Jorge Nuno Sá abordou os vários assuntos que ocuparam o órgão a que preside.

Durante cerca de uma hora foram focados os temas da Habitação, Arrendamento Jovem, Sisa, Ensino Superior, Ensino Secundário, Prostituição e Agricultura e Jovens Agricultores. O líder da JSD congratulou-se pelo bom trabalho desempenhado pelos elementos da CPN envolvidos nestes frentes, dando a conhecer a aceitação por parte do Governo de várias das propostas concretas apresentadas pela JSD.

Igual destaque obtiveram os esclarecimentos acerca do Manual do Militante, Informação Interna e Revisão Estatutária.

A reunião não terminou sem o habitual agendamento de actividades futuras e a definição de campanhas políticas a lançar em breve.

JSD/Aveiro homenageia militantes honorários



A 17 de Maio, em Oliveira de Azeméis, a distrital aveirense da JSD agradeceu a dedicação de 10 militantes do PSD que passaram com distinção pela Jota. Prova disso foi a atribuição da qualidade de Militante Honorário verificada no anterior Congresso Nacional.

Todos os 10 antigos dirigentes da JSD deram muito de si à estrutura, servindo agora o Partido nas tarefas que lhes foram confiadas, nomeadamente funções autárquicas. Nas palavras do líder da Distrital, Paulo Cavaleiro, nos 10 companheiros homenageados "personificamos um agradecimento a todos quantos têm contribuído para que a JSD do Distrito de Aveiro seja uma referência ao nível do dinamismo e intervenção política."

Numa jantar que contou igualmente com as presenças de Marques Mendes e Hermínio Loureiro, a CPD/JSD aproveitou para lançar a sua nova página da Internet e apresentar o inovador Clube Laranjinha, destinado aos mais novos.

I Torneio de Karts da JSD/Évora junta dezenas de participantes - Jorge Nuno Sá e Morais Sarmiento presentes

Com o objectivo de proporcionar um dia animado e um reencontro de dirigentes da JSD a nível nacional, a concelhia de Évora organizou uma competição de Karts no passado dia 7 de Junho.

Com o apoio e esforço de muitos militantes da secção eborense, a respectiva Comissão Política conseguiu em pleno os seus intentos, com a ajuda das condições climáticas, perfeitas para a prática da modalidade.

Ao todo participaram 14 equipas, estando presentes 8 distritos (Beja, Braga, Guarda, Évora, Lisboa, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo), bem como equipas da casa e uma selecção da CPN.

O Ministro da Presidência Morais Sarmiento foi outro dos concorrentes, tendo competido na equipa da CPD-JSD/Santarém, círculo eleitoral pelo qual foi cabeça de lista.

A vitória no torneio acabou por caber à equipa do PSD (um dado assaz curioso: numa competição levada a cabo por jovens a experiência acabou por ser determinante...), sendo secundada pelos pilotos de Braga, aos que se seguiram os elementos de Beja.

Apesar da excelente forma política, a equipa da CPN (Jorge Nuno Sá, Sérgio Azevedo, Zita Gomes e Ana Rita Cavaco que substitui à última hora o Daniel Rebelo) acabou num honroso 14º lugar.

Pescas portuguesas

Neste anfiteatro os eurodeputados portugueses vão lutar unidos contra a ameaça à nossa pesca



No dia em que a Comissão Europeia discute a reforma da PAC e em particular, a liberalização das águas europeias, abolindo o limite das 200 milhas de interesse económico exclusivo, passando a pesca a ser aberta a todos os membros da UE, a questão tem revoltado os pescadores e unido políticos europeus. Aos eurodeputados social-democratas juntaram-se os socialistas, em torno de uma ideia comum: Portugal ainda pode ganhar esta batalha contra a Comissão.

«É uma questão de defender as gerações futuras», disse Arlindo Cunha, que afirmou que «temos que gerir melhor os nossos recursos e sobretudo assegurar que haja de facto a reprodução das espécies e dos stocks /.../ não me passa pela cabeça que Portugal não consiga chegar a um entendimento com a Comissão Europeia e com a Espanha para continuar o acordo actual»

De facto, as pescas portuguesas estão em risco e dependem de uma maratona negocial que os ministros da Agricultura da União Europeia encetam esta quarta-feira.

Ministro da Agricultura vai lutar até ao fim

O ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, Sevinate Pinto considera que a pesca portuguesa corre o risco de desaparecer se houver uma invasão das nossas águas pela frota espanhola. O ministro, em declarações à Imprensa, admitiu demitir-se em caso de fracasso em Bruxelas.

«Reconheço a enorme importância para o sector das pescas que esta questão tem e evidentemente reflectirei sobre a minha situação se tal vier a acontecer», disse o ministro.

Em causa está a redução da Zona Económica Exclusiva para 12 milhas, que além do Continente, afectaria de forma fatal o potencial piscatório das regiões autónomas insulares. Portugal tem assim, entre mãos, um problema de soberania, considerando crucial a protecção dos escassos recursos piscatórios nos mares açorianos e madeirenses, considerou o Ministro.

Esta é, pois, uma reunião decisiva para a pesca portuguesa. Sevinate Pinto vai ter de impedir a invasão de frotas pesqueiras de grandes efectivos, que praticam a pesca de extrema rapacidade e que rapidamente levará à exaustão os recursos piscícolas das águas portuguesas.



Luís Álvaro Campos Ferreira

A Alma de ser Português

10 de Junho, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Dia de Portugal, tendo sempre presente todo o Património Histórico do nosso “velho País”. A história de que nos orgulhamos e nos permite acreditar num futuro próspero e de sucesso. O trajecto de Portugal obriga as novas gerações a uma responsabilidade acrescida; este País que deu Novos Mundos ao Mundo, não pode perder a ambição nem a capacidade ímpar de impor a sua identidade

Dia de Camões: curiosamente o Dia de Portugal é o dia de um grande poeta. Não é um dia de uma Revolução ou de qualquer outro facto marcante da vida política do País. Sinal da nossa tolerância, da nossa vontade de sonhar. Diz outro poeta que o sonho comanda a vida. Ao passar o 10 de Junho acreditamos que é possível construir um País melhor, mais desenvolvido e mais justo.

Dia das Comunidades Portuguesas, dia de tanto e tantos Portugueses que ajudaram decisivamente tantos Países a entrarem na rota do desenvolvimento. É um forte motivo de orgulho nacional, verificar a forma como a generalidade das Comunidades Portuguesas são respeitadas e acarinhadas pelo Governo dos Países onde residem. São trabalhadores, responsáveis e pacatos. Um exemplo para todos nós que vivemos em território Nacional.

Nos momentos mais difíceis, é bom termos presente estas três vertentes do dia de Portugal. Que elas, além de encerrarem orgulho, sejam igualmente fonte de motivação para vencermos os desafios que enfrentamos neste ciclo histórico.

É nas contrariedades e nas dificuldades que deve de vir ao de cima a alma de ser Português.